

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO PRÁTICA ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO DOCENTE

SOCIAL MAPPING AS AN ANTI-RACIST APPROACH IN TEACHER TRAINING

Clara Correia Vieira¹

Maria Isabela da Silva Lauvres

Gerusa Faria Rodrigues

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no campo da cartografia social, analisando-a como prática antirracista na formação docente. A cartografia deixa de ser apenas um papel estático, tornando-se espaço de disputa simbólica e de reconhecimento. Embora a n. Lei 10.639/2003 e a Lei n. 11.645/2008 estabeleçam o ensino obrigatório da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, sua aplicação enfrenta barreiras persistentes. Cursos de formação docente permanecem presos a práticas tradicionais e predominantemente eurocêntricas, pouco permeáveis a metodologias críticas que deem voz às cartografias da resistência. A lacuna entre a lei e sua implementação revela necessidade imediata de mudança nas escolas de ensino básico. Nesse espaço, memórias e identidades marginalizadas são silenciadas. Através desses problemas, destaca-se a necessidade de estratégias pedagógicas que deem visibilidade aos territórios historicamente invisibilizados. Entre os objetivos, busca-se analisar o papel da cartografia social na valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas, discutir a relação entre território, raça e educação, propor experiências formativas que utilizem mapas como pontes de diálogo e desconstrução do racismo estrutural, além de construir, junto a docentes e discentes, representações que deem voz às práticas culturais e modos de resistência, justificando-se pelo compromisso ético e político com uma educação que reconheça, valorize e lute pela equidade racial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cartografia foi instrumento de poder, cristalizando fronteiras e legitimando hierarquias. Como lembra Harley (2009), todo mapa é uma forma de discurso, com

¹ claracorreia1@outlook.com

intenções, silenciamentos e escolhas. A cartografia crítica rompe com a visão de neutralidade científica, reconhecendo o mapa como linguagem, narrativa e arma. Nesse sentido, torna-se essencial elaborar representações das comunidades, reconfigurando a lógica do “mapa visto de cima” e trazendo à tona olhares cotidianos. Autores como Almeida (2003) e Acselrad (2008) destacam que os mapas sociais funcionam como ferramenta de luta política e pedagógica, visibilizando territórios de resistência - quilombos, aldeias, periferias, espaços culturais e de memória - frequentemente ausentes dos registros oficiais. Ao dialogar com a educação, essa perspectiva encontra terreno fértil na construção de uma pedagogia antirracista. Nilma Lino Gomes (2012) lembra que o racismo não se manifesta apenas em práticas explícitas de exclusão, mas também nas estruturas curriculares, nos livros didáticos e metodologias de ensino. A formação docente carrega o desafio de romper com epistemologias coloniais. Assim, ao propor que professores e alunos construam mapas coletivos de seus territórios, cria-se um campo de partilha de memórias que revelam as marcas da exclusão e os traços da resistência, tornam-se performances: desenham histórias, heranças, denunciam desigualdades e reafirmam pertenças. Além disso, há um simbolismo potente: se os mapas oficiais tendem a silenciar quilombos, terreiros e favelas, os mapas sociais lhes conferem rosto, voz e lugar. Como sugere Porto-Gonçalves (2006), o território não é apenas chão físico, mas também espaço vivido, tecido de relações e disputas. Portanto, a cartografia social evidencia espaços. Na formação docente, integrar tais práticas significa caminhar contra uma educação engessada, problematizar o espaço geográfico como produto de relações de poder e, simultaneamente, como campo de resistência. Como aponta Freire (1996), a educação libertadora exige diálogo, crítica e engajamento com a realidade dos sujeitos. Nesse horizonte, a cartografia social pode ser lida como convite para redesenhar o território e os rumos de uma educação verdadeiramente emancipadora.

METODOLOGIA

A abordagem qualitativa, ancorada na perspectiva da pesquisa-ação, cuja finalidade foi revelar os meandros da formação docente por meio de um diálogo contínuo entre teoria e prática. Nesse movimento, cada relato tornava-se um fio condutor, mostrando que a educação é um território vivo, repleto de tensões, resistências e possibilidades. O primeiro passo metodológico concentrou-se no levantamento teórico e

documental. A investigação apoiou-se em bibliografias sobre cartografia social, formação docente e práticas antirracistas, buscando identificar padrões, lacunas e pontos cegos. Simultaneamente, foram analisados documentos oficiais e marcos legais, com ênfase na Lei n. 10.639/2003 e na Lei n. 11.645/2008. Embora fundamentais para o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, sua aplicação ainda revela tensões entre o previsto e o realizado. Nesse cenário, as políticas públicas deixam de ser teorias e ganham dimensão concreta, evidenciando a necessidade de estratégias pedagógicas que iluminem os espaços historicamente marginalizados. Na etapa seguinte, realizou-se análise crítica de materiais didáticos, especialmente atlas escolares e livros de Geografia, que revelou invisibilidades recorrentes, manutenção de estereótipos e sub-representação dos territórios de resistência afro-brasileiros e indígenas nas narrativas oficiais. A partir desse percurso, foi possível sistematizar categorias analíticas articuladas aos conceitos previamente citados, permitindo discutir a cartografia social como prática pedagógica e política. Assim, a metodologia configurou-se como exercício de leitura crítica e interpretativa dos mapas, elucidando caminhos para a incorporação de perspectivas antirracistas na formação docente. Foram mobilizados recursos materiais, físicos e digitais que sustentaram cada etapa da pesquisa, assegurando um percurso investigativo coerente. Dentre os quais destacam-se livros, artigos científicos e documentos oficiais. O acesso a bases como SciELO e periódicos especializados em Educação e Geografia também foi essencial, permitindo que cada conceito fosse examinado com rigor.

DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS

As temáticas deste estudo dialogam com as vivências das autoras no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), e com relatos de professores da universidade e da escola parceira. Um dos pontos relevantes observados na graduação é a dicotomia presente no ensino da Geografia no Ensino Básico, marcada pela separação entre geografia política e física. Essa fragmentação contribui para a desconexão entre sociedade e espaço. A cartografia social surge como estratégia de reconexão, analisada como ferramenta pedagógica antirracista. Como defendem Harley (2009) e Porto-Gonçalves (2006), os mapas nunca são neutros. Nesse sentido, o ensino antirracista exige postura crítica e engajada da docência. Essa abordagem valoriza realidades locais e articula experiências individuais com teorias políticas, históricas e espaciais. Todo espaço

carrega uma história, e compreender esse processo histórico-geográfico é fundamental para interpretar a sociedade brasileira. Os mapas analisados — que evidenciam a distribuição da população preta e parda, bem como a localização de comunidades quilombolas — reforçam o potencial da cartografia social em aproximar teoria e realidade. Da mesma forma, séries históricas revelam o enraizamento das desigualdades raciais ao longo do tempo, enquanto há uma marginalização de povos originários nas estatísticas oficiais. Esses dados confirmam o argumento de Nilma Lino Gomes (2012), segundo o qual o racismo se expressa não apenas em práticas explícitas de exclusão, mas também em currículos e metodologias que silenciam saberes afro-brasileiros e indígenas. O método de relacionar conteúdos geográficos com a realidade local tem se mostrado eficaz, ampliando a assimilação dos estudantes. Ao compreender quem ocupa determinados espaços e como isso ocorreu, e compartilhando suas visões de mundo, os estudantes passam a interpretar criticamente a formação do Brasil — um país miscigenado, porém marcado pelo racismo estrutural. As práticas observadas indicam que, quando o ensino se aproxima das vivências, os estudantes tendem a refletir e modificar comportamentos. Por outro lado, conteúdos apresentados de forma distante, hierárquica e com linguagem inacessível favorecem a reprodução de valores familiares e sociais já cristalizados. Portanto, ao integrar vivências e teoria, contribuímos para o ensino crítico da Geografia e para a construção de práticas pedagógicas antirracistas, transformando o espaço escolar em lugar de emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a cartografia social, quando incorporada à formação docente, ultrapassa o caráter técnico, tornando-se uma prática pedagógica e política capaz de valorizar identidades e resistências marginalizadas. Essa abordagem busca promover práticas antirracistas que fortalecem o protagonismo discente. Conclui-se, portanto, que se trata de um caminho promissor para uma educação crítica, emancipadora e comprometida com a equidade racial.

Palavras-chave: Cartografia social; Formação docente; Identidades territoriais; Práticas antirracistas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais**: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. Educação e identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HARLEY, J. B. **A nova natureza dos mapas**: ensaios sobre a história da cartografia. São Paulo: Edusp, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.